

POLÍTICA ECONÔMICA

Con. Brant 128
 “Não há clima para uma estabilização clássica, e recessão não é o caminho”

por Claudia Safatle
 de Brasília

“Não há clima político para uma política de estabilização nos moldes clássicos. A recessão não é o caminho.” Com essas observações, feitas pela ministra do Planejamento, Yeda Crusius, na última sexta-feira, a este jornal, parece clara a opção do governo Itamar Franco: não haverá choque heterodoxo nem o manuseio austero dos instrumentos ortodoxos de políticas fiscal e monetária para produzir ganhos mais celeres na política de controle inflacionário.

O que o governo quer, e isso seria o recado a todos os ministros na reunião do próximo dia 24, é que cada um, em sua área, faça a escolha dos projetos de investimentos, neste ano, com ênfase marcadamente social. E, nesse contexto, cortem o que não for essencial, para que, no final das contas, seja possível produzir um resultado de equilíbrio operacional das contas públicas.

“No ano passado gastamos cerca de US\$ 10 bilhões em investimentos e custeio. Neste ano, podemos gastar a mesma coisa, mas de uma forma mais produtiva e coordenada”, acredita a ministra do Planejamento. “Nossos cálculos indicam que com pouco dinheiro podemos recuperar projetos importantes que foram engavetados em nome da estabilização, seja em investimentos na melhoria e conservação de rodovias, seja em habitação popular, saneamento básico, saúde, combate à cólera.” Precisamos de pouco dinheiro, mais coordenação para viabilizar as prioridades do governo e, ainda, controlar a inflação.

“O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, está elaborando o programa econômico, respeitando as prioridades sociais do presi-



Yeda Crusius

dente Itamar”, assinalou a ministra.

No programa do governo, a privatização de empresas estatais é crucial. A ministra reuniu-se na última quinta-feira com Resende, por algumas horas, para harmonizar o discurso sobre a aceleração e ampliação do programa de privatização. Afinal, essa é uma área que está sob sua alçada no Ministério do Planejamento, embora o debate sobre a inclusão de mais empresas, como Companhia Vale do Rio Doce e suas subsidiárias, assim como as subsidiárias da Eletrobrás, estivesse ocorrendo à revelia de sua participação.

Yeda confirmou que o programa econômico está assentado numa meta básica: zerar o déficit operacional do setor público. Para que essa intenção se transforme em fato concreto, mencionou a ministra, é imperioso fechar o acordo da rolagem das dívidas dos estados e municípios, impor regras de salários e dar preços para as empresas estatais, e alinhar os recursos orçamentários disponíveis para as prioridades sociais do governo. Para promover essa combinação de crescimento com inflação controlada, ela assinalou também, como fundamental, uma ajuda do Congresso Nacional.